

Introdução

A coexistência de pessoas e grupos marcados pela diversidade étnica, social, cultural, geográfica, religiosa e linguística é um tema que gera controvérsias acrescidas nas sociedades hodiernas. Se pensarmos na coexistência de um dos grupos se imigrantes mais enraizados temporalmente na sociedade portuguesa, como os cabo-verdianos, sendo que muitos têm a nacionalidade portuguesa não deixa de ser interessante verificar que a sua visibilidade científica, social e política na sociedade portuguesa é menor nos anos mais recentes so que nas décadas de 80 e 90. Esta reflexão não se centra exclusivamente nos imigrantes de Cabo Verde, sendo antes uma análise que procura dar a conhecer numa perspetiva mais macro os movimentos migratórios que têm por destino o nosso país, articulando-se com uma análise micro localizada num dos concelhos da área metropolitana de Lisboa, evidenciando-se a presença dos cabo verdianos nesse concelho.

Assim sendo, o texto organiza-se em dois andamentos: na primeira parte faz-se uma análise retrospectiva dos movimentos migratórios que têm por destino o nosso país a partir da década de 80 do século XX e até 2012. Na segunda parte (2º andamento), apresentam-se alguns dados derivados de um estudo sobre os imigrantes, nomeadamente cabo-verdianos em comparação com outras nacionalidades, residentes no concelho de Oeiras, atendendo a indicadores de caracterização socio-demográfica e profissional, de integração funcional e auto avaliação da sua inserção na sociedade de acolhimento.

Retrospectiva sobre os fluxos migratórios em Portugal desde os anos 80

Em 2009, cerca de 3 milhões de pessoas imigraram para um Estado-Membro da EU. Os últimos dados disponíveis revelam um declínio substancial da imigração em 2009 em comparação com 2008. Importa referir que estes valores não representam os fluxos migratórios de/para o conjunto da UE, dado que incluem também os fluxos entre diferentes Estados-Membros. No entanto, mais de metade das pessoas que imigraram para Estados-Membros da UE, cerca de 1,6 milhões de pessoas em 2009, residiam

anteriormente fora da EU (Eurostat, 2012). O Reino Unido apresentou o maior número de imigrantes (566 500) em 2009, seguido da Espanha (499 000) e da Itália (442 900); pouco mais de metade (50,3 %) de todos os imigrantes nos Estados-Membros da UE encontravam-se nestes três países. No que se refere à população residente, o Luxemburgo registou o maior número de imigrantes em 2009 (31 imigrantes por 1000).

Nos anos 80, alguns dos países comunitários da Europa Mediterrânica (Itália, Espanha, Grécia e Portugal) passam a configurar-se como lugares de imigração, quando anteriormente eram, de forma quase exclusiva, fornecedores de mão-de-obra. Encontrase nestes países e principalmente em Portugal uma espécie de sincronia e concomitância entre os fenómenos da emigração e da imigração.

A maior visibilidade do fenómeno imigratório e a sua concentração em alguns espaços territoriais, como a Área Metropolitana de Lisboa e a região do Algarve, é algo que se torna mais perceptível a partir da década de 80. Até meados dos anos 60 o número de estrangeiros a residir em Portugal é reduzido e restringe-se a algumas nacionalidades. A entrada de Portugal na EFTA e a existência de uma “maior abertura ao investimento estrangeiro trouxe para o país profissionais e quadros dirigentes vindos da Europa mais «desenvolvida», e uma emigração massiva de portugueses para a mesma Europa criou espaço nalguns sectores de mercado de trabalho, sobretudo na construção civil, para a vinda de imigrantes africanos, provenientes particularmente de Cabo Verde” (FEANTSA, 2002, p. 8).

Mas, foi a partir dos meados dos anos 70 que se tornou mais significativa a presença de estrangeiros entre nós, sobretudo na sequência da descolonização já que entre os cidadãos portugueses que regressaram à metrópole, também chegaram estrangeiros que alegavam motivos económicos para a sua entrada e razões relacionadas com a turbulência política e militar. Tradicionalmente, subsistiam fluxos vindos de Espanha (devido às tradicionais ligações fronteiriças de carácter comercial, como por exemplo, com a Galiza, em virtude ainda da Guerra Civil espanhola, etc.), Inglaterra e de outros países europeus (ligações comerciais associadas a atividades económicas específicas, como o vinho do Porto e a acontecimentos político-militares), assim como, das ex-colónias estudantes universitários e trabalhadores para alguns sectores especializados, provenientes, por exemplo, dos PALOP.

O nosso país foi, com efeito, marcado por várias vagas migratórias, correspondentes a períodos temporais e a populações imigrantes diferenciadas (em

origens nacionais, características sociais e recursos). De facto, o crescimento do número de estrangeiros a residir legalmente em Portugal tornou-se mais expressivo ao longo da década de 80, do que na seguinte. Efetivamente, é nos anos 80, que a imigração se torna num dos fenómenos com mais visibilidade na sociedade portuguesa, não tanto pelo seu volume, mas sobretudo pela sua incidência territorial e impacto (Baganha e Góis, 1999, p. 229) social, cultural, económico e até político. Assim, em 1981, a percentagem de estrangeiros a residir em contexto nacional representava cerca de 0,6% (54 414). Passados 10 anos, esse valor subiu para 1,2% (113 978), registando-se as menores taxas de crescimento em 1997 com 1,4%, e em 1998, com 1,6%. Em 2001, os estrangeiros já representavam 2,1% (219 215) e os últimos dados, ainda que provisórios, referentes a 2008 indicavam 4,1% estrangeiros residentes em contexto nacional (total de 440.277) e mais recentemente 3,9% (417.042 em 2012) (SEF, 2008 e 2012). Contudo, a importância quantitativa dos estrangeiros a residir em Portugal tem vindo a decrescer ligeiramente deste 2010.

Voltando às décadas de 80 e 90, é entre 1982/83, períodos em que se acentuaram as crises políticas em Moçambique e Angola¹⁷⁵ que se regista o acréscimo mais significativo (+ 15%, em 1983), seguindo-se os anos de 1994 (+ 14,7%) e 1993 (+10,8%). As taxas de crescimento registadas nestes dois anos estão relacionadas com os processos extraordinários de regularização de imigrantes, que ocorreram em 1992/93, mas também com o dinamismo da economia nacional, com ciclos económicos mais favoráveis entre 1992/94, com continuação em 1996, registando-se mesmo uma aceleração da atividade económica¹⁷⁶. Porém, regista-se uma clara desaceleração das taxas de crescimento da imigração entre 1996 e 1998 (de 2,7%, passou-se em 1997 para 1,4% e 1,6% em 1998), voltando a subir em 1999 (7,3%). Não há uma relação direta e linear entre ciclos de crescimento económico e volume dos fluxos migratórios. Para além disso, há sempre um hiato temporal entre o momento da chegada dos imigrantes e o momento em que se realiza o registo oficial da sua entrada.

¹⁷⁵ Em Moçambique o conflito armado que opôs o exército de Moçambique (FRELIMO) à RENAMO (desde 1976) só terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz. Em Angola desde 11 Novembro de 1975 e durante 27 anos ocorreram várias guerras civis que opuseram o MPLA e a UNITA.

¹⁷⁶ O relatório do Banco de Portugal atesta esta situação, assim como o crescimento do emprego, essencialmente no sector dos serviços, principalmente, entre 1981 e 1993 com a criação de meio milhão de empregos, pp. 22, http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_96_p.pdf (consultado a 1 de Setembro de 2013).

Fazendo uma análise mais pormenorizada à informação estatística, e atendendo às regiões de origem das populações imigrantes, os fluxos mais intensos de imigrantes laborais e profissionais entre 1981 e finais dos anos 90, são provenientes dos PALOP, do Brasil e de alguns países da UE. Os fluxos migratórios com origem no continente africano intensificam-se de forma substancial a partir de 1988. O crescimento mais significativo dos imigrantes provindos dos PALOP regista-se no ano de 1994 (+ 14 225 indivíduos), o que está estreitamente relacionado com o primeiro processo extraordinário de regularização. Em 1991, África contribui com 40,2% de estrangeiros e os nacionais dos PALOP representam mais de 90% do total de africanos residentes no nosso país. Logo a seguir ao continente africano, surge o continente europeu com o 2º maior contingente, nomeadamente de europeus da UE. Esta população imigrante é composta não só de reformados, mas também de profissionais e de quadros qualificados, em muitos casos acompanhados por familiares (Peixoto, 1998). Trata-se obviamente de uma migração diferente em grande medida facilitada pela liberdade de circulação de pessoas e profissionais no espaço da UE desde 1 de Janeiro de 1993. Entre os provenientes do continente americano, os oriundos do Brasil representam cerca de 59% desta população imigrante. Por outro lado, assiste-se, entre 1981 e 1991, a um reforço dos fluxos protagonizados pelos nacionais do Brasil, atraídos certamente pelo estatuto que Portugal adquiriu em 1986, com a adesão à CEE (Peixoto, 2001). Para J. Peixoto (2001) esta condicionante criou um novo ambiente económico propício ao investimento direto estrangeiro e ao aparecimento de novas iniciativas económicas e por isso favorável à fixação de profissionais qualificados.

Num espaço de 20 anos consolida-se a presença entre nós não só dos africanos, mas sobretudo dos brasileiros. Na perspetiva de Malheiros (in Barreto (org.), 2005, p. 255), após a década de 80, a vaga migratória avolumou-se e diversificou-se (com brasileiros, chineses, indianos e com uma maior representatividade de angolanos e guineenses), concluindo o autor que “progressivamente, a imigração dos PALOP e do Brasil passou a ser impulsionada principalmente pelas necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente nos segmentos não qualificados dos serviços e da construção”. Os fluxos dos PALOP e do Brasil parecem configurar aquilo que pode ser designado como um sistema migratório internacional ligado pela língua portuguesa (Peixoto, 2002). Mesmo a imigração europeia está historicamente ligada a Portugal por via de

intensas transações culturais, sociais e económicas, sedimentadas num processo de longa duração.

Um dos grupos imigrantes com maior representação em Portugal é o dos brasileiros, embora a história da imigração oriunda do Brasil para Portugal não seja recente, tem vindo a alterar-se nos últimos anos. Os primeiros fluxos com alguma relevância situam-se entre meados da década de 80 e meados da década de 90, nesta época a imigração brasileira era em grande parte composta por profissionais qualificados em áreas como *marketing*, publicidade, informática ou estomatologia, por exemplo (Malheiros, 2007, p. 25).

Posteriormente a esta fase aflui a Portugal uma segunda vaga de imigração brasileira, caracterizada pelo seu fluxo mais intenso (vindos de Minas Gerais, algumas zonas de Goiânia e Estado de S. Paulo) e por uma inserção laboral em profissões menos qualificadas (Peixoto e Figueiredo, 2007, p. 98-103) e em segmentos do mercado de trabalho mais informal. Desde 2007 que os brasileiros constituem o grupo estrangeiro dominante em Portugal.

Várias explicações são avançadas por Padilla (2009) para esta forte presença de imigrantes brasileiros em Portugal: uma delas remete para a proximidade cultural a nível da língua, religião e outras tradições, resultado dos processos de colonização e evangelização. Outra causa apontada prende-se com os movimentos migratórios de natureza laboral de Portugal para o Brasil, situados entre os finais do século XIX e meados do século XX, movimentos estes que implicaram um contra-fluxo migratório, ainda que não protagonizado pelo próprios migrantes mas pelos seus descendentes. É ainda considerado relevante o aumento do controlo fronteiriço levado a cabo pelos EUA a partir do 11 de Setembro de 2001, que fez com que Portugal se tornasse uma segunda opção como país de destino.

Para King e Ribas-Mateos (in Barreto (org.), 2005, p. 195), Portugal ao localizar-se no Mediterrâneo e Sul da Europa enfrenta “duas trajetórias de pressão migratória na geografia global contemporânea da migração internacional: do Sul (do Norte de África e mais além) e do Leste (da Europa de Leste e mais além)”. Neste contexto, Portugal partilha e congrega com outros países desta região da Europa, características atrativas para a imigração que são de “natureza informal”, a saber: um mercado de trabalho segmentado, a existência de um Estado-Providência frágil e a manutenção do papel de uma sociedade familista (embora em declínio), “em que o

estatuto e o prestígio da família permanecem importantes, apesar da separação funcional e geográfica da família alargada como uma unidade de apoio mútuo” (King e Ribas-Mateos, in Barreto (org.), 2005, pp. 191-2).

A composição do quadro das principais populações estrangeiras com residência regularizada não sofre mudanças estruturantes entre 1981 e 1991. Contudo, detetam-se algumas tendências para a diversificação dos fluxos, como evidenciam os acréscimos registados na proporção de europeus extra-comunitários, africanos não PALOP, brasileiros e asiáticos em geral. Contudo, as modificações mais significativas começam a esboçar-se já em meados da década de 90, consolidando-se no começo do século XXI. Traçando de forma breve os contornos deste processo de diversificação, observa-se que a imigração cabo-verdiana tem vindo a perder peso nos fluxos migratórios ao longo dos últimos 30 anos, embora mantenha a supremacia no que respeita aos estrangeiros em situação regular que são portadores de AR (Autorização de Residência, em 2001). Se em 1981, constituía cerca de 38,6% dos estrangeiros, em 2001, esse valor não vai além de 22,3%. A informação estatística mais recente indica que os cabo-verdianos representavam em 2012, apenas 10,3% dos estrangeiros residentes, contra 25,3% dos provindos do Brasil e 10,6% da Ucrânia (SEF, 2012). Segundo dados do SEF em 2007 os brasileiros tornam-se no grupo estrangeiro dominante com residência ou permanência legal em Portugal (SEF, 2007).

Embora Portugal se enquadre num contexto migratório cada vez mais globalizado, é notória a consolidação do sistema migratório “lusófono” (Malheiros in Barreto (org.), 2005), dada a persistência de as quatro principais nacionalidades de origem dos estrangeiros (com AR’s) se inscreverem no espaço geográfico, cultural, político e simbólico dos países de língua oficial portuguesa.

A partir de 2002, torna-se mais notória a presença até aí discreta e quase impercetível de estrangeiros com residência legalizada e oriundos dos países da Europa de Leste. Se em 1999 a Ucrânia possuía apenas 123 indivíduos com residência legalizada, a Rússia 448, a Moldávia 3 e a Roménia 224, em 2004 os mesmos países registavam efetivos da ordem dos 917, 1 360, 1 144, 1 124 indivíduos, respetivamente.

Entre 2000 e 2004, as transformações estruturantes na dimensão e composição da população estrangeira devem-se essencialmente à emergência de novas vagas migratórias que entraram em território nacional e que aqui permaneceram ao abrigo do

processo de concessão de AP's (Autorizações de Permanência)¹⁷⁷. Entre os estrangeiros que dispõem de Autorizações de Permanência verifica-se que entre 2001 e 2004 foram concedidos 183 832 títulos de permanência temporária a uma diversidade enorme de nacionalidades. Segundo Rui Pena Pires (2002, p. 156), a informação estatística disponível sobre os imigrantes com AP's apresenta sérias limitações já que não permite “conhecer a distribuição por anos das entradas dos imigrantes a quem foram concedidas aquelas autorizações, também não é possível refazer a série temporal da imigração.” A informação estatística disponível indica que o maior afluxo de estrangeiros registou-se em 2001 (principalmente entre Outubro e Novembro), a partir do ano seguinte assistiu-se a um abrandamento, e até a uma desaceleração progressiva no volume de pedidos de AP's. No entanto há alguma controvérsia entre os investigadores nacionais não só quanto ao momento em que se iniciou a entrada, bem como o de maior afluência, destes fluxos em contexto nacional. Pires (2002) considera que a sua entrada e fixação ocorreu entre 1998/99, embora só mais tarde a sua presença se tenha refletido nas estatísticas oficiais. No entanto, as evidências empíricas que podem ser encontradas em bibliografia recente sugerem um maior dinamismo entre 2001 e 2002, facto que foi constatado por Lucinda Fonseca et al. na região do Alentejo Central (in Baganha e Fonseca (eds.), 2004, p. 94). Num outro estudo também recente mas de carácter intensivo Maria Ionnis Baganha et al. aponta os anos de 2000 e 2001 como os de maior afluência de imigrantes do Leste da Europa (in Baganha e Fonseca (eds.), 2004, p. 32).¹⁷⁸ De facto, entre 2001/2004, os ucranianos foram de longe a população imigrante que revelou um maior dinamismo em termos de pedidos de AP (Mendes, 2010) tendo-lhes sido concedidas 64 730 AP's, seguindo-se ainda que a uma longa distância os brasileiros (37 951) e os moldavos (12 647).

¹⁷⁷ Foi um mecanismo legal criado pelo DL N° 4/ 2001 de 10 de Janeiro, que autorizava a permanência de estrangeiros que aqui se encontravam, não titulares de visto adequado, mas que reunissem as seguintes condições: a) ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do IDICT; b) não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses, c) não ter sido sujeito de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; d) não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; e) não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema de informações do SEF. A nova lei da imigração revogou o regime das AP's (DL N° 34/ 2003 de 25 de Fevereiro).

¹⁷⁸ Este estudo baseou-se na aplicação de um inquérito por questionário a 816 “imigrantes de Leste” residentes em território nacional. O processo de recolha de informação decorreu entre Junho e Dezembro de 2002, tendo-se validado cerca de 735 questionários (in Baganha e Fonseca (eds.), 2004, p. 32).

Estes fluxos inesperados e com uma certa imponência, até pelo seu volume são designados por Fonseca (2005, p. 72) como a “nova corrente migratória”. Malheiros (in Barreto (org.), 2005, p. 262) faz alusão a esta vaga migratória como que configurando uma “terceira fase migratória” associada a um sistema de imigração em formação, que “está longe de estar consolidado, com vários contornos pouco claros (sustentabilidade, contornos e fixação geográfica, intenções de estabelecimento no país, intensidade de circulação...)”. Rui Pena Pires (2002, p. 163) defende acerrimamente a ideia de que estes imigrantes são indispensáveis ao funcionamento de vários segmentos da economia nacional, nomeadamente daqueles que ainda se baseiam na exploração intensiva do trabalho, dado o relativo esgotamento das reservas de trabalho ao nível do mercado interno, bem como da continuidade da emigração dos ativos jovens para o exterior, a baixa taxa de fertilidade, a difícil substituição de gerações e a acelerada feminização da população ativa, são alguns dos fatores que justificam o recrutamento da mão-de-obra de leste, dos PALOP e brasileira que assim suprime as carências nacionais.

No começo dos anos 2000 teve início uma nova fase de imigração para Portugal, a esta data deram entrada dezenas de milhares de imigrantes com origem no leste europeu. Em 2001 os efetivos imigrados oriundos desta região suplantaram as Autorizações de Permanência dos imigrantes africanos e europeus (Mendes, 2007). Estes imigrantes eram oriundos de países como a Ucrânia, a Moldávia, a Roménia e a Rússia e outras ex-repúblicas da URSS. O extraordinário deste fluxo foi a inexistência de laços históricos, culturais ou económicos entre Portugal e estes países. Vários motivos são apontados para este fenómeno: as diferenças nos salários praticados em Portugal relativamente aos praticados nos países de origem; a existência de “agências de viagens” que facilitavam a viagem para Portugal; a ideia publicamente difundida de que haveria um período de regularização extraordinário em 2001 e o grande investimento que foi feito em Portugal nesta época na área da construção civil e obras públicas (Expo 98, da auto-estrada para o Algarve, do Porto 2001, do empreendimento do Alqueva, do EURO 2004, etc.), investimento que implicou um elevado recrutamento de mão-de-obra (Baganha *et al.*, 2004: 96-99). Actualmente um segmento relevante destes imigrantes do leste europeu que deram entrada em Portugal entre 2001 e 2003 já regressaram ao seu país de origem ou re-emigraram para países terceiros (Baganha *et al.*, 2009: 131-132).

O fluxo migracional com origem na China não é recente, contudo, começou a ganhar visibilidade nos anos 80, sendo nesta época protagonizado principalmente por oriundos da região de Zhejiang. No início dos anos 90 este fluxo registou um aumento considerável passando Portugal a acolher imigrantes de diversas regiões da China. Os motivos para a imigração chinesa são diversificados e não específicos para Portugal, uma vez que a China se tornou um país típico de emigração com diversos países de destino. Duas grandes causas podem ser apontadas para o fenómeno: por um lado, durante o período da Revolução Cultural (1966-1976), as políticas de emigração eram restritas (dai o aumento nos anos 80); acresce que o desenvolvimento económico que se tem verificado na China nos últimos anos tende a ocorrer nas zonas costeiras, enquanto a população do interior continua a viver com dificuldades. Embora grande parte da imigração China-Portugal seja de índole laboral, com inserção profissional em negócios étnicos (lojas e restaurantes), existe também um número considerável de estudantes (Oliveira, 2002).

Os indianos e paquistaneses com residência legalizada e contabilizados pelo SEF representam apenas uma parcela reduzida dos membros das comunidades de origem indiana fixados em contexto nacional (Malheiros, 1996). De facto, a maioria dos indivíduos pertencentes às comunidades indianas instaladas em território nacional possui a nacionalidade portuguesa. É possível encontrar várias vagas migratórias protagonizadas por estas comunidades, tendo como destino o nosso país. Um segmento considerável é proveniente das ex-colónias de África e protagonizou processos migratórios em 1974-5. A sua inserção na sociedade portuguesa remete portanto para um contexto histórico bem delimitado, e relacionado com o desmoronamento do Império Português em África. Segundo Jorge Macaísta Malheiros (1996, p. 12) a fixação destas comunidades entre nós ancora na lógica do Império Colonial Português, e a sua instalação com um carácter mais sedimentado e efetivo radica no processo de descolonização. De facto, uma parte significativa dos cidadãos de origem indiana instalada em Portugal é originária de Moçambique. Esta dinâmica tem-se mantido até à atualidade, embora com origens diversas: chegam, por um lado, indivíduos provenientes de Moçambique e de outros países da costa oriental de África, outros, provêm diretamente do Paquistão, da Índia e, mais recentemente, do Bangladesh. Na perspetiva de J. Malheiros, até 1975 a comunidade indiana em Portugal era relativamente homogénea, composta na sua maioria por advogados, médicos e estudantes, quase todos

descendentes de famílias abastadas de Goa (*idem*, p. 13). Após essa data, ocorre um acréscimo significativo de cidadãos de origem indiana, tendo-se diversificado as suas origens e as suas práticas económicas. Entre as comunidades de origem indiana que se fixaram no nosso país, é possível identificar a existência de quatro subgrupos: os hindus, os ismaelitas, os muçulmanos e os goeses e mais recentemente os sikhs.

A população estrangeira residente em Portugal totalizava 417042 cidadãos (Stock provisório) em 2012, o que representa uma diminuição do stock da população residente face ao ano anterior. Como nacionalidades mais representativas surgem o Brasil (105622 residentes), Ucrânia (44074), Cabo Verde (42857), Roménia (35216), Angola (20366) e Guiné-Bissau (17759). Para a evolução decrescente da população estrangeira residente em Portugal, contribuem diversos fatores como a alteração dos fluxos migratórios, a crise económica e financeira, a re-emigração, o regresso ao país de origem e a aquisição de nacionalidade portuguesa (SEF, 2012).

Análise micro local: os cabo-verdianos e outros imigrantes no concelho de Oeiras

Sobre os cabo-verdianos¹⁷⁹ que vivem em Portugal, Luís Batalha (2008, p. 25) afirma que este se encontram dispersos por várias e diferentes pequenas comunidades, cuja existência se verifica sobretudo ao nível das vizinhanças de bairro. Assim sendo, e deixando o plano nacional, e cingindo-nos à esfera local, iremos aqui dar conta de alguns dos resultados derivados de um estudo que incidiu sobre um dos concelhos da área metropolitana de Lisboa que concentra um quantitativo não despidendo de imigrantes cabo-verdianos e que se fixaram neste concelho desde a década de 70. O concelho em análise abrange uma área de 45,8 km² e estima-se que no ano de 2008, altura em que o estudo¹⁸⁰ aqui retratado foi levado a efeito, a população residente fosse de 172 021 habitantes. Nesse mesmo ano, registava-se um total de 10.100 estrangeiros residentes (3561 brasileiros, 2373 cabo-verdianos, 554 ucranianos, 469 angolanos). Em 2012, evidencia-se uma evolução decrescente, totalizando Oeiras 9774 estrangeiros, mantendo-se o elenco dos grupos dominantes: os brasileiros (3332), cabo-verdianos

¹⁷⁹ A respeito dos imigrantes cabo-verdianos, a maior parte dos estudos situam-se nas décadas de 80 e 90 (Filho 1980, Amaro 1986, Saint-Maurice 1993 e 1997, França 1992, Mendes 1992, Carita e Rosendo 1993, Gomes 1999, Esteves e Caldeira 2000, Gomes 1999, Batalha 2004, Góis 2006 e 2009a)

¹⁸⁰ Projecto “estudo de diagnóstico e caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para a dinâmica de desenvolvimento dos municípios”, por adjudicação da Câmara Municipal de Oeiras ao CIES/ISCTE.

(2294), ucranianos (530) e angolanos (457). De realçar que até 2007, os cabo-verdianos foram a “comunidade” mais representativa.

Aspetos Metodológicos

No âmbito do estudo que aqui iremos dar conta, procedeu-se à aplicação de 422 inquéritos por questionário a imigrantes residentes no concelho de Oeiras, sendo que 203 (48%) eram cabo-verdianos. Para tal, foi desenhada uma amostra por quotas, com base nas nacionalidades dos estrangeiros residentes no momento do Recenseamento Geral da População de 2001, tendo a definição das quotas o objetivo de garantir uma relação de proporcionalidade entre a amostra e o universo. As quotas propostas eram apenas indicativas, tendo em conta a desatualização dos dados em que nos baseámos para calcular as mesmas, por outro lado também fomos constrangidos a sobre e a sub-representar algumas nacionalidades. A nacionalidade brasileira foi sobre representada estrategicamente, devido ao elevado número de brasileiros que tem vindo a dar entrada em Portugal nos últimos anos, constituindo o maior contingente de estrangeiros a residir entre nós. Para o preenchimento das quotas o critério-base foi a nacionalidade dos inquiridos; em situações de dupla nacionalidade sendo uma delas a portuguesa, atendemos à nacionalidade não-portuguesa; registou-se o caso singular de um inquirido com dupla nacionalidade angolana e cabo-verdiana, que não foi contabilizado no preenchimento das quotas. No referente aos inquiridos com nacionalidade portuguesa, tivemos em linha de conta a sua naturalidade. Tomando como referência o total da população estrangeira com nacionalidade de um país fora da UE, cujo total, em 2001, segundo o Recenseamento Geral da População, era de 7.334 indivíduos, recolhemos 422 inquéritos válidos, tendo-se apurado um erro máximo de $\pm 5\%$ ($E=0,046$) com um nível de confiança de 95%, o que nos permitiria extrapolar os dados da amostra para o universo de referência caso estivéssemos perante uma amostra aleatória.

Por estarmos perante uma população de difícil acesso, as metodologias de inquirição convencionais com recurso a amostras aleatórias não seriam viáveis. Assim, recorreremos a um método semelhante ao que Lages et al. (2006, p. 52-53) consideram de amostra focalizada, em que, numa primeira fase, são selecionadas *a priori* zonas onde sabemos que iremos encontrar população a inquirir, numa segunda fase deslocamo-nos a essas zonas com equipas de inquiridores. Para conseguir obter uma amostra o mais heterogénea possível foi necessário conhecer e diversificar os locais de inquirição.

Assim, a primeira fase do trabalho de campo permitiu preparar o momento seguinte, tendo-se mapeado as principais zonas do concelho, onde se poderiam encontrar possíveis inquiridos; este levantamento baseou-se nos dados dos últimos Censos ao nível de freguesia, na informação oriunda do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Oeiras sobre os bairros e zonas de residência dos imigrantes e nas diversas entrevistas exploratórias que realizámos no local em análise.

A população a inquirir consistia em imigrantes com idade igual ou superior a 16 anos com nacionalidade ou naturalidade de um país não pertencente à União Europeia. Naturais de países fora da União Europeia que posteriormente tenham obtido nacionalidade de um desses estados também poderiam ser inquiridos. Uma exceção seria aplicada no caso de indivíduos com nacionalidade portuguesa, naturalidade de um dos PALOP, em que um dos progenitores tivesse nascido em Portugal. Indivíduos com estas características não seriam inquiridos devido à sua proximidade cultural com Portugal e à sua ascendência portuguesa.

A recolha de informação decorreu entre 3 de Novembro e 4 de Dezembro de 2009, a equipa foi composta por 18 inquiridores (alguns destes eram residentes em Oeiras e em alguns bairros com maior concentração de imigrantes e dominavam o crioulo de Cabo Verde). A abordagem aos inquiridos foi feita maioritariamente na via pública (ruas, praças, paragens de autocarro), em estabelecimentos comerciais (cafés, restaurantes, etc.), em instituições locais e, em algumas situações, os inquiridos preferiram responder em sua casa. A duração da aplicação do questionário variou, em média, entre 15 a 45 minutos.

Elementos de caracterização social e demográfica

Sobre o local de nascimento dos inquiridos (Tabela 1) cerca de metade dos respondentes nasceu em Cabo Verde (49%), apenas 5 nasceram em Portugal (4 deles em Oeiras e um em Lisboa) O segundo país mais representado é o Brasil onde nasceu quase 1/5 (19%); em terceiro lugar surge Angola, com 13% dos respondentes.

Tabela 1: Naturalidade dos inquiridos

Países	N	%
Moldávia	4	1,0
Ucrânia	5	1,2
Angola	57	13,7

Cabo Verde	203	48,7
Guiné	19	4,6
Moçambique	18	4,3
São Tomé e Príncipe	15	3,6
Outros países africanos	4	1,0
Brasil	79	18,9
Outros países americanos	4	1,0
Ásia	8	1,9
Não responde	1	0,2
<hr/> Total	<hr/> 417	<hr/> 100

Nota: questão aplicada apenas a nascidos no estrangeiro.

Parece haver alguns desníveis entre a proporção de homens e de mulheres de acordo com os países de origem, embora no geral entre os respondentes prevaleçam as mulheres, existem, no entanto, situações onde esta disparidade é maior, no caso extremo temos o contingente oriundo do Brasil, onde a relação de masculinidade é de 27%, embora seja conhecido que a imigração brasileira se feminizou nos últimos anos (Malheiros, 2007, p. 28-29; Padilla, 2007, p. 114-117). É perceptível um maior equilíbrio entre a proporção de homens e de mulheres cabo-verdianos com uma relação de masculinidade de 95%. Analisando o estado civil de acordo com a naturalidade dos imigrantes inquiridos percebemos que os africanos e os brasileiros são tendencialmente solteiros enquanto os europeus de leste e asiáticos são maioritariamente casados, embora se deva ter em conta a fraca presença destas nacionalidades entre os inquiridos (6 em 9 e 5 em 8 respetivamente).

Tabela 2: Indicadores sociodemográficos por naturalidade dos inquiridos

Indicadores	Europa de Leste		Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Ásia	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Sexo												
Feminino	5	55,6	38	66,7	102	50,2	30	57,7	61	77,2	5	62,5
Masculino	4	44,4	19	33,3	101	49,8	22	42,3	18	22,8	3	37,5
Relação de masculinidade		80,0		51,4		97,1		73,3		27,4		60,0
Grupo etário												
10-19	-	-	1	1,8	3	1,5	2	3,8	4	5,1	-	-
20-29	1	11,1	12	21,1	31	15,3	10	19,2	26	32,9	2	25,0
30-39	5	55,6	13	22,8	22	10,8	9	17,3	28	35,4	2	25,0
40-49	3	33,3	9	15,8	39	19,2	10	19,2	16	20,3	2	25,0
50-59	-	-	14	24,6	48	23,6	15	28,8	4	5,1	1	12,5
60-69	-	-	5	8,8	29	14,3	3	5,8	1	1,3	1	12,5
70-79	-	-	2	3,5	24	11,8	2	3,8	-	-	-	-
>80	-	-	1	1,8	7	3,4	1	1,9	-	-	-	-
Tipo de população segundo idade (Potencialmente) activa												
Idosa	9	100,0	52	91,2	157	77,3	46	88,5	78	98,7	8	100,0
	-	-	5	8,8	46	22,7	6	11,5	1	1,3	-	-
Estado civil												
Casado	6	66,7	12	21,1	54	26,6	11	21,2	19	24,1	5	62,5
União de facto	1	11,1	12	21,1	36	17,7	11	21,2	15	19,0	1	12,5
Solteiro	1	11,1	22	38,6	75	36,9	19	36,5	35	44,3	1	12,5
Separado de facto	-	-	1	1,8	4	2,0	2	3,8	3	3,8	-	-
Divorciado	1	11,1	2	3,5	6	3,0	1	1,9	6	7,6	-	-
Viuvo	-	-	6	10,5	20	9,9	3	5,8	-	-	-	-
Não responde	-	-	2	3,5	8	3,9	5	9,6	1	1,3	1	12,5
Total	9	100	57	100	203	100	52	100	79	100	8	100

Quando se cruzam as idades dos inquiridos com variáveis como o sexo e a naturalidade (Tabela 3) torna-se claro que existem algumas diferenças, sendo de destacar que os cabo-verdianos são os mais velhos (46,7 anos); em contraponto, os inquiridos oriundos do Brasil são os mais novos com uma idade média de 29,8 anos, seguidos dos europeus de leste (33,1 anos) e dos asiáticos (38,3 anos); enquanto os naturais dos outros PALOP apresentam idades médias a rondar os 40 anos, sendo que os angolanos são os mais novos dos PALOP (42,5 anos). Estes valores eram expectáveis dado que os cabo-verdianos constituem um dos grupos imigrantes que há mais tempo se fixou em Oeiras, mais concretamente desde anos 70 do século XX, enquanto os fluxos migratórios provindos da Europa de Leste, Brasil e Ásia são relativamente recentes e tendencialmente de natureza laboral

Tabela 3: Média das idades de homens e mulheres segundo o país/região de naturalidade

Países	Feminino	Masculino	Total
Europa de Leste	31,5	34,8	33,1
Angola	44,2	40,2	42,5
Cabo Verde	48	45,3	46,7
Outros PALOP	43,8	42,8	43,4
Brasil	31	27,9	29,8
Ásia	37,7	39,0	38,3

Embora a distribuição espacial da população imigrante no concelho de Oeiras não siga um padrão uniforme e homogéneo, é possível assinalar algumas zonas de maior concentração da população imigrante, como a freguesia de Porto Salvo, local de residência de 30% dos inquiridos, assim como a de Carnaxide onde reside 16% da amostra. São ainda de evidenciar Oeiras e São Julião da Barra e Paço de Arcos, com 12% de residentes, respetivamente. A distribuição das diferentes nacionalidades pelo território concelhio é deveras heterogénea (Tabela 4), já que cerca de metade dos cabo-verdianos estão instalados em Porto Salvo e 21% em Carnaxide. No caso dos angolanos cerca de um terço destes (8 em 23) reside na freguesia de Paço de Arcos e 30% (7 de 23) na freguesia de Porto Salvo. Africanos com nacionalidade de outros PALOP dispersam-se por Porto Salvo, Carnaxide, Oeiras e São Julião da Barra. No que toca aos brasileiros, embora Algés seja a freguesia de maior concentração desta nacionalidade (44%), encontrando-se o remanescente disseminado por outras freguesias.

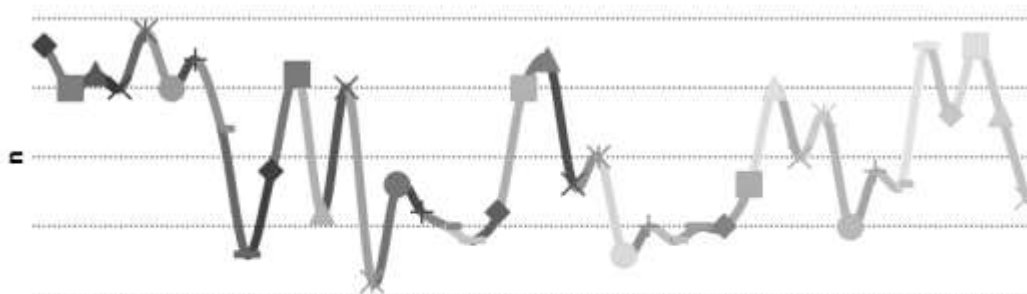
Tabela 4: Nacionalidade dos inquiridos por freguesia de residência (% em coluna)

Freguesias	Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Dupla		Portuguesa	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Algés	-	-	1	1,0	-	-	28	43,8	6	8,6	-	-
Barcarena	2	8,7	-	-	-	-	4	6,3	3	4,3	1	1,4
Carnaxide	3	13,0	22	22,2	4	22,2	5	7,8	17	24,3	12	16,2
Caxias	1	4,3	3	3,0	1	5,6	4	6,3	5	7,1	5	6,8
Linda-a-Velha	-	-	-	-	-	-	8	12,5	-	-	2	2,7
Oeiras SJB	2	8,7	13	13,1	5	27,8	-	-	12	17,1	11	14,9
Paço de Arcos	8	34,8	11	11,1	3	16,7	12	18,8	9	12,9	10	13,5
Porto Salvo	7	30,4	49	49,5	5	27,8	3	4,7	18	25,7	33	44,6
Total	23	100	99	100	18	100	64	100	70	100	74	100

Nota: as freguesias com frequências mais reduzidas foram suprimidas.

Observando os anos em que os inquiridos chegaram a Portugal, é possível perceber que o fluxo migratório não se configura como um contínuo ao longo do tempo, com efeito, é possível detetar diversas oscilações no número de entradas em Portugal. Da análise ao Gráfico 1 ressaltam os picos de sentido ascendente em 1974, 1976 (onde provavelmente se devem incluir os “retornados”), 1990, 2005 e 2009 e uma inversão de tendência no sentido de declínio em 1978, 1983 e 1993.

Gráfico 1 - Ano de chegada a Portugal (valores absolutos)



Tendencialmente, o primeiro local de residência para 70% dos inquiridos foi o concelho de Oeiras, seguindo-se por ordem decrescente: Lisboa, Sintra, Loures, Amadora e Cascais. Estes resultados indicam que estamos perante indivíduos com um padrão residencial marcado por uma certa estabilidade geográfica e por um certo enraizamento no concelho em estudo.

Os imigrantes distribuem-se de forma desigual pelos diferentes níveis de escolaridade (Tabela 5), observando-se assim, algumas discrepâncias de acordo com o

país de onde os imigrantes são oriundos. De ressaltar os baixos níveis de escolaridade dos cabo-verdianos, sendo que 64% possui no máximo o 1º ciclo E.B. completo, os restantes africanos dos PALOP detêm níveis de escolaridade mais elevados, tendendo a concentrar-se no 3º ciclo. Os naturais do Brasil possuem maioritariamente o diploma do ensino secundário. No caso dos asiáticos 5 dos 8 inquiridos possuíam qualificações escolares ao nível do 3º ciclo ou secundário. Os europeus de leste caracterizam-se por possuir graus de escolaridade acima dos restantes imigrantes uma vez que 8 dos 9 inquiridos possuía no mínimo o ensino secundário.

Tabela 5: Grau de escolaridade do inquirido por naturalidade (% em coluna)

Grau de escolaridade	Europa de Leste		Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Ásia	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Nenhum ler/escrever	-	-	3	5,3	55	27,2	4	7,7	-	-	1	12,5
Pré-escolar	-	-	1	1,8	8	4,0	1	1,9	1	1,3	-	-
1º ciclo	-	-	13	22,8	67	33,2	9	17,3	5	6,4	1	12,5
2º ciclo	1	11,1	6	10,5	26	12,9	7	13,5	7	9,0	1	12,5
3º ciclo	-	-	19	33,3	25	12,4	16	30,8	10	12,8	3	37,5
Secundário	4	44,4	9	15,8	13	6,4	7	13,5	41	52,6	2	25,0
Curso médio/profissional	1	11,1	2	3,5	2	1,0	2	3,8	5	6,4	-	-
Superior	3	33,3	4	7,0	6	3,0	6	11,5	9	11,5	-	-
Total	9	100	57	100	202	100	52	100	78	100	8	100

Indicadores de inserção profissional

Analisando as profissões desempenhadas pelos imigrantes de acordo com a sua nacionalidade (Tabela 6) constatamos que a inserção profissional não é independente da nacionalidade do trabalhador, pois os inquiridos com nacionalidade angolana ou de outros PALOP (exceto Cabo Verde) inserem-se prevalentemente nos grupos do “pessoal dos serviços e vendedores”, “operários e artífices” e “trabalhadores não qualificados”. A distribuição da inserção profissional dos cabo-verdianos assemelha-se à dos restantes PALOP com a particularidade de se encontrar ainda mais concentrada nos grupos dos “operários e artífices” e “trabalhadores não qualificados”. Estas evidências empíricas são consentâneas com a análise evolutiva da inserção destes imigrantes no mercado de trabalho efetuada por Sónia Pereira (2009) ao evidenciar que “os trabalhadores dos PALOP, e, em particular, de Cabo Verde, mantêm uma posição dominante sobretudo nas atividades que empregam um volume maior de trabalhadores: construção de edifícios e obras de engenharia civil (maioritariamente para os homens) e

limpezas (maioritariamente para as mulheres). Mas é entre o trabalho doméstico e a construção que se verifica maior similitude, em algumas características do emprego e nos padrões de evolução recente. (...) No caso da construção civil existe uma aliciante acrescida constituída pelas possibilidades de especialização e progressão profissional e material, aliada às oportunidades de criação de pequenas empresas próprias ou do trabalho por conta própria, numa perspetiva empresarial”.

Os inquiridos de nacionalidade brasileira caracterizam-se por uma inserção profissional mais especializada no grupo do “pessoal dos serviços e vendedores” (59%); embora e à semelhança dos africanos também desempenhem funções como “operários e artífices” (9%) e “trabalhadores não qualificados” (17%) destacam-se dos anteriores por conseguirem alguma inserção profissional nas posições mais qualificadas e no grupo do “pessoal administrativo”. No caso dos inquiridos com dupla nacionalidade e com nacionalidade portuguesa o padrão assemelha-se muito ao dos africanos, talvez por muitos destes imigrantes serem de origem africana, contudo, a sua singularidade reside na menor proporção de operários e artífices, na maior concentração no grupo dos trabalhadores não qualificados e na relativa representatividade do grupo dos administrativos e superiores.

Tabela 6: Profissão atual do inquirido por nacionalidade (% em coluna)

Profissões	Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Dupla		Portuguesa	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Diretores e quadros dirigentes	-	-	3	3,4	-	-	2	3,0	-	-	1	1,5
Profissões intelectuais e científicas	1	4,5	-	-	-	-	2	3,0	1	1,4	2	3,0
Técnicos e profissionais intermédios	1	4,5	2	2,2	-	-	3	4,5	3	4,2	4	6,0
Pessoal administrativo	1	4,5	2	2,2	-	-	3	4,5	2	2,8	5	7,5
Pessoal dos serviços e vendedores	6	27,3	15	16,9	5	38,5	39	59,1	18	25,4	15	22,4
Trabalhadores da agricultura e pescas	-	-	4	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Operários e artífices	5	22,7	29	32,6	4	30,8	6	9,1	15	21,1	12	17,9
Operadores de instalações máquinas e montagem	2	9,1	5	5,6	-	-	-	-	3	4,2	6	9,0
Trabalhadores não qualificados	6	27,3	29	32,6	4	30,8	11	16,7	29	40,8	22	32,8
Total	22	100	89	100	13	100	66	100	71	100	67	100

Nota: Perguntas apenas aplicada apenas aplicada a ativos com profissão, desempregados, reformados, e inválidos/doentes permanentes.

As estratégias acionadas pelos imigrantes na obtenção de emprego apresentam algumas similaridades e algumas diversidades de acordo com nacionalidade destes (Tabela 7). A semelhança é que, independentemente da nacionalidade o modo mais frequente é através de amigos ou familiares do mesmo grupo étnico. Nos angolanos a singularidade detetada reside no recurso frequente a anúncios de emprego, comparativamente ao observado nos restantes nacionais dos PALOP. Estes últimos combinam a rede familiar/amigos da mesma etnia com amigos e conhecidos portugueses, possivelmente por estarem sediados em Portugal há mais tempo que os angolanos, possuindo assim uma maior rede inter étnica e capital relacional (ou uma menor capacidade para obter emprego através de vias mais formais como através de anúncios). As estratégias na inserção no mercado de trabalho utilizadas pelos imigrantes de nacionalidade brasileira assemelham-se às dos angolanos uma vez que apresentam uma proporção elevada de indivíduos que recorreram aos amigos e familiares da mesma etnia e aos anúncios de emprego. Os inquiridos com dupla nacionalidade ou nacionalidade exclusivamente portuguesa apresentam uma maior heterogeneidade nos meios de obter emprego, o que pode evidenciar a posse de um maior volume de capital social (e mais diversificado), são estes grupos também os que apresentam maiores proporções de empregabilidade através de meios formais/semiformais, pois 12% dos que têm dupla nacionalidade obtiveram o emprego atual através de serviços de emprego e 28% dos imigrantes naturalizados devem o seu emprego atual a anúncios de emprego.

Tabela 7: Como obteve o emprego atual por nacionalidade (% em linha)

Países	Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico		Através de patrão (português ou imigrante)		Através de amigos/conhecidos portugueses		Resposta a anúncio		Serviços de emprego	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Angola	6	42,9	2	14,3	1	7,1	4	28,6	1	7,1
Cabo Verde	17	47,2	2	5,6	8	22,2	6	16,7	3	8,3
Outros PALOP	5	55,6	-	-	3	33,3	1	11,1	-	-
Brasil	21	55,3	1	2,6	5	13,2	11	28,9	-	-
Dupla	12	37,5	1	3,1	8	25,0	7	21,9	4	12,5
Portugal	12	50,0	1	4,2	2	8,3	6	25,0	3	12,5
Total	73	47,7	7	4,6	27	17,6	35	22,9	11	7,2

Nota: questão só aplica a ativos na profissão, n=14 (Angola), n=36 (Cabo Verde), n=9 (Outros PALOP), n=38 (Brasil), n=32 (Dupla), n=24 (Portugal).

Quando o modo como foi obtido o emprego atual é cruzado com o tempo de permanência em Portugal verificamos que existe um ligeiro aumento na obtenção de emprego pelas vias mais formais (resposta a anúncio e serviços de emprego), contudo, estas proporções continuam a ser baixas e o recurso dominante para obter emprego continua a ser por via da rede co-étnica independentemente do tempo em Portugal. Com o intuito de perceber se existem diferenças na estabilidade profissional entre os diversos grupos de imigrantes cruzámos a variável vínculo contratual com as nacionalidades mais representadas (Tabela 8); concluímos, assim, que entre os cabo-verdianos a proporção de contratados sem termo supera em mais do dobro os contratados com termo, o que revela algum grau de segurança e estabilidade laboral por parte deste grupo. De ressaltar que os casos de trabalho sem contrato são reduzidos e quando existem os seus protagonistas são naturais do Brasil, Angola, Cabo Verde e outros PALOP. No caso dos brasileiros, angolanos e africanos dos outros PALOP (exceto Cabo Verde), os quantitativos para os contratados a termo e sem termo estão equiparados.

Tabela 8 - Vínculo contratual do inquirido por nacionalidade (% em linha)

Países	Contrato sem termo		Contrato com termo		Trabalho sem contrato		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	6	66,7	3	33,3	-	-	9	100
Angola	17	47,2	16	44,4	3	8,3	36	100
Cabo Verde	54	71,1	20	26,3	2	2,6	76	100
Outros PALOP	11	50,0	9	40,9	2	9,1	22	100
Brasil	30	46,9	29	45,3	5	7,8	64	100
Ásia	5	100,0	-	-	-	-	5	100
Total	123	58,0	77	36,3	12	5,7	212	100

Nota: pergunta apenas aplicada apenas aplicada a ativos com profissão.

A participação eleitoral

Observando o comportamento eleitoral dos imigrantes de acordo com a sua nacionalidade (Tabela 9) verificamos que é nos cabo-verdianos, em particular, e entre os oriundos dos PALOP no geral, que se verificam as maiores proporções de participação eleitoral. De acordo com o princípio da reciprocidade presente na Lei Fundamental, a atribuição de direitos políticos a imigrantes só sucede em relação a cidadãos que sejam originários de países que também confirmam esses direitos aos cidadãos portugueses. Atualmente, esta prerrogativa só foi acionada com Cabo Verde e Brasil (ou seja, cabo-

verdianos e brasileiros podem votar e ser eleitos nas autárquicas). Assim, não surpreende que os cabo-verdianos sejam os mais participativos, mais curioso é a fraca participação dos cidadãos brasileiros.

De salientar que há uma discrepância entre o número de imigrantes que podem formalmente votar e aqueles que se auto declaram como votantes, sendo estes em maior número, o que se deve também ao facto de a pergunta patente no inquérito por questionário não ser clara para os inquiridos, assim e apesar de alguns deles não terem esse direito formalmente consagrado não deixaram de expressar o exercício desse direito. Nesse sentido, as subseqüentes tabelas referentes à participação eleitoral contemplarão apenas naturais do Brasil e de Cabo Verde.

Tabela 9: Exercício do direito de voto nas eleições por naturalidade (% linha)

Países	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	1	11,1	8	88,9	9	100
Angola	30	55,6	24	44,4	54	100
Cabo Verde	121	60,5	79	39,5	200	100
Outros PALOP	27	52,9	24	47,1	51	100
Brasil	3	3,9	74	96,1	77	100
Ásia	6	85,7	1	14,3	7	100
Total	187	47,1	210	52,9	397	100

A nacionalidade dos inquiridos parece determinar a participação eleitoral uma vez que são os inquiridos com nacionalidade portuguesa e dupla nacionalidade os que apresentam maiores proporções de votantes (73% e 66%, respetivamente).

Tabela 10: Exercício do direito de voto nas eleições por nacionalidade (% linha)

Países	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	n	%
Cabo Verde	49	48,0	53	52,0	102	100
Brasil	2	2,9	67	97,1	69	100
Dupla	41	66,1	21	33,9	62	100
Portugal	32	72,7	12	27,3	44	100
Total	124	44,8	153	55,2	277	100

Nota: apenas foram considerados para a análise naturais do Brasil e de Cabo Verde; qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$)

Auto avaliação do nível de Integração e línguas faladas

Ao cruzarmos a auto avaliação do nível de integração em Portugal pela nacionalidade (Tabela 11) verificamos que são os inquiridos com nacionalidade dos PALOP (exceto Angola e Cabo Verde) os que fazem uma avaliação menos positiva da sua integração, seguidos dos brasileiros. No caso dos cabo-verdianos mais de metade insere-se nas categorias “plenamente/ muitíssimo integrado” ou “ muito integrado”, de destacar ainda que os angolanos são os imigrantes que mais positivamente avaliam o seu nível de integração, uma vez que mais de $\frac{3}{4}$ se posiciona nas duas categorias superiores, valores superiores aos observados para os inquiridos com dupla nacionalidade ou nacionalidade portuguesa.

Tabela 11: Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por nacionalidade (% em linha)

Países	Plenamente/ muitíssimo integrado + muito integrado		Integrado		Pouco integrado + nada integrado		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%
Angola	21	77,8	6	22,2	-	-	27	100
Cabo Verde	65	58,6	41	36,9	5	4,5	111	100
Outros PALOP	6	33,3	10	55,6	2	11,1	18	100
Brasil	31	42,5	36	49,3	6	8,2	73	100
Dupla	53	61,6	29	33,7	4	4,7	86	100
Portugal	63	74,1	20	23,5	2	2,4	85	100
Total	239	59,9	141	35,3	19	4,8	399	100

Procuramos ainda apreender o uso que os imigrantes fazem da sua língua nacional e de línguas locais associadas às suas origens étnico-nacionais e a utilização que fazem da língua da sociedade maioritária (país de receção). Neste contexto de análise, procurou-se saber quais as línguas mobilizadas pelos imigrantes, quantas e quais as línguas que os imigrantes falam em casa e em outros contextos de interação, bem como, o recurso a cursos de língua portuguesa.

Verifica-se que mais de metade dos inquiridos (53%) assinala que apenas fala uma língua em casa, sendo também recorrente o número dos que conjugam duas línguas no quotidiano doméstico (41%), pouco frequentes (2%) são os indivíduos que falam 3 línguas em contexto doméstico. Pressupõe-se assim que para além da língua materna, os imigrantes mobilizem uma 2ª língua nas suas transações comunicacionais em contexto

doméstico. Os casos em que não é indicada nenhuma língua tratam-se provavelmente de pessoas que vivem sós, e que por isso responderam que não falavam em casa.

Cerca de 90% dos inquiridos indicaram que falam português em casa, a língua mais falada depois do português é o crioulo, especialmente o de Cabo Verde (43%), o que não é surpreendente tendo em conta quer a representatividade dos cabo-verdianos na população imigrante de Oeiras, quer o facto do crioulo de Cabo Verde estar extremamente difundido em alguns contextos locais, a ponto de ser falado por outros africanos e até autóctones não cabo-verdianos.

Tabela 12: Total das línguas faladas em casa

Línguas	n	%
Português	365	89,5
Crioulo Cabo Verde	177	43,4
Crioulo da Guiné-Bissau	12	2,9
Inglês	8	2
Moldavo	4	1
Ucraniano	4	1
Outras línguas	31	7,2

Nota: resposta tratada como múltipla, n=422.

No caso das famílias que apenas falam uma língua em casa (Tabela 14), a grande maioria fala português (82%), no entanto, verifica-se que em algumas famílias a língua mais utilizada em contexto familiar é o crioulo de Cabo Verde, mas em proporção reduzida (12%).

Tabela 13: Língua falada em famílias que só falam uma língua em casa

Línguas	n	%
Português	185	82,2
Crioulo Cabo Verde	28	12,4
Ucraniano	4	1,8
Chinês	2	0,9
Moldavo	2	0,9
Crioulo da Guiné-Bissau	1	0,4
Manjaco (Guiné-Bissau)	1	0,4
Línguas de São Tomé e Príncipe (forro, lunguyé e angolar)	1	0,4
Outras línguas	1	0,4
Total	225	100

Nos casos das famílias que falam duas línguas em casa destaca-se a menor importância do português como língua principal passando assim a ter nestas famílias um papel secundário, enquanto o crioulo de Cabo Verde ocupa um lugar de centralidade na comunicação em contextos domésticos. De referir a este respeito que por parte de alguns professores persiste ainda a tendência para avaliar com uma conotação negativa o uso dos crioulos, como foi evidenciado num estudo de caso levado a cabo numa escola do 1º ciclo EB em Oeiras (Ferreira, 2008: 143) em que, segundo alguns docentes entrevistados, “o crioulo tende a ser visto como um português mal falado, que interfere com a aprendizagem da língua portuguesa”. Contudo, várias pesquisas internacionais atestam que o bilinguismo pode ser encarado como uma mais-valia, tanto a nível relacional (permite aos jovens comunicar com familiares e membros do grupo étnico, nomeadamente com os mais velhos que não dominam o português) como a nível cultural (é essencial para os imigrantes da segunda geração manterem alguma relação com a cultura do país de origem ou de origem dos pais). Mais concretamente, estudos desenvolvidos nos EUA (Portes e Hao, 2006) provaram que o bilinguismo fluente está associado a melhores relações familiares e adaptação psicossocial.

Racismo e discriminação

Quanto às representações sobre os fenómenos do racismo e da discriminação em contexto nacional, num primeiro momento os imigrantes foram questionados sobre se alguma vez se sentiram alvo de atos discriminatórios em Portugal, os que responderam afirmativamente indicaram os contextos em que tais atos ocorreram, para além destas questões, os inquiridos foram solicitados a posicionar-se sobre se em geral os imigrantes são discriminados em contexto nacional. Quase metade dos inquiridos (46%) entende que desde que está em Portugal já foi alvo de atos de discriminação por motivos étnico-raciais.

O sentimento de discriminação parece não ser idêntico para todos os imigrantes, verificando-se diferenças de acordo com o país de origem (Tabela 14), assim, os imigrantes que menos vezes declararam ter sido discriminados foram os cabo-verdianos (36%) e os europeus de leste (2 dos 9 inquiridos). Em contraposição, os imigrantes de naturalidade brasileira são os que mais se sentem discriminados (67%) seguidos dos angolanos (55%).

Tabela 15 Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por naturalidade (% em linha)

Países	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	2	22,2	7	77,8	9	100
Angola	32	56,1	25	43,9	57	100
Cabo Verde	73	36,1	129	63,9	202	100
Outros PALOP	24	46,2	28	53,9	52	100
Brasil	53	67,1	26	32,9	79	100
Ásia	3	37,5	5	62,5	8	100
Total	186	45,8	220	54,2	406	100

No estudo feito por Luís de França em 1992 parece haver um nível de inserção razoável, no entanto, num plano mais geral e abstrato, os cabo-verdianos entrevistados revelam que a interação é sentida, maioritariamente, como francamente negativa e expressa em sentimentos e emoções que vão da inquietação à agressão. A hostilidade era mais comum em espaços públicos, como cafés, restaurantes, transportes e a na rua. A perceção de que os imigrantes são geralmente discriminados em Portugal apresenta algumas diferenciações de acordo com o país de origem dos respondentes (Tabela 16). No caso dos naturais do Brasil (48%) e de Angola (45%) a perceção de que os imigrantes são muitas vezes discriminados está mais presente, no extremo oposto, encontramos o discurso da não existência de discriminação mais recorrente entre os naturais de Cabo Verde (13%) e dos outros PALOP (12%).

Tabela 16: Perceção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral por naturalidade (% em linha)

Países	Sim, muitas vezes		Sim, algumas vezes		Não		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	2	22,2	6	66,7	1	11,1	9	100
Angola	26	45,6	29	50,9	2	3,5	57	100
Cabo Verde	69	36,3	97	51,1	24	12,6	190	100
Outros PALOP	17	34,7	26	53,1	6	12,2	49	100
Brasil	38	48,1	40	50,6	1	1,3	79	100
Ásia	1	14,3	6	85,7	-	-	7	100
Total	152	39,0	204	52,3	34	8,7	390	100

Algumas notas conclusivas

Situando-nos num contexto de crescente decréscimo do número de imigrantes em Portugal e atendo-nos essencialmente à presença dos imigrantes cabo-verdianos no concelho de Oeiras, olhando para a evolução do fenómeno migratório no concelho de Oeiras, é possível dizer que aqui se conjugam dois cenários migratórios relativamente distintos no tempo e no espaço.

O *primeiro cenário*, com maior peso, consiste nos imigrantes oriundos dos PALOP, especialmente, de Cabo Verde, trata-se de pessoas já residentes no concelho há vários anos, uma vez que a maior intensidade deste fluxo deu-se a seguir a 1974 e desde então tem vindo a decrescer gradualmente. Muitas destas pessoas instalaram-se inicialmente em bairros de barracas como a Pedreira dos Húngaros ou o Alto de Santa Catarina, atualmente esta população reside em bairros de realojamento espalhados pelo concelho. Já em 1995, um estudo do DEPIAP-CEPAC, evidencia uma concentração global dos imigrantes dos PALOP nos distritos de Lisboa e Setúbal, sendo que os imigrantes cabo-verdianos apresentavam maiores concentrações nos concelhos de Amadora e Oeiras. A nível da estrutura etária estamos perante uma população que, em grande parte, se encontra em idade ativa, contudo, devido à longa permanência em Portugal, já coexistem três gerações de imigrantes africanos, existindo assim para além da população ativa, o que corresponde aos jovens, filhos e netos da primeira geração de migrantes, os reformados que já terminaram o seu ciclo laboral.

A inserção profissional destes imigrantes tem vindo a alterar-se de forma expressiva; assim sendo, no início da sua permanência entre nós grande parte dos homens inseriu-se profissionalmente na área da construção civil e obras públicas, enquanto as mulheres se dedicaram aos serviços e trabalhos não qualificados; contudo, na segunda geração, os segmentos de inserção no mercado de trabalho tendem a diversificar-se existindo nos mais jovens um maior peso dos que se inserem profissionalmente na área dos serviços, hotelaria e em profissões mais qualificadas, provavelmente resultado do aumento dos níveis de escolaridade atingidos (embora ainda aquém da população autóctone).

Quanto à perceção subjetiva sobre o seu nível de integração, notámos que no geral a avaliação é positiva, embora pareçam existir diversas variáveis que influenciam este sentimento de integração, como o sexo (sendo que os homens consideram-se mais integrados), a nacionalidade (a pesar para o lado dos naturalizados e dos angolanos) e o

tempo de instalação em Portugal, uma vez que o sentimento de integração é concomitante com o tempo de permanência em Portugal. Consideramos também pertinente aprofundar o conhecimento sobre o uso das línguas por parte das comunidades imigrantes. A este respeito, concluímos que pouco mais de metade dos inquiridos (53%) fala apenas uma língua em casa e em cerca de 40% dos lares falam-se duas línguas. Quando apenas se fala uma língua esta tende a ser o português, quando são faladas duas línguas a que surge em primeiro lugar é o crioulo de Cabo Verde. No que diz respeito aos contextos onde são usadas as línguas, percebemos que o recurso exclusivo a uma outra língua que não a portuguesa é muito reduzido, sendo as situações mais comuns o uso exclusivo da língua portuguesa ou, então, o uso alternado da língua portuguesa e de outra língua.

O *segundo cenário* migratório que tem marcado este concelho é composto por fluxos migratórios que tiveram como destino Portugal, no início dos anos 90 do século passado, constituídos na sua grande parte por pessoas provenientes do Brasil, da Ásia e dos países da Europa de Leste. Estes grupos, embora diferentes entre si, apresentam diferenças relevantes quando comparados com os primeiros imigrantes africanos. A nível de idades encontram-se maioritariamente em idade ativa, visto estarmos perante uma imigração tendencialmente laboral. A nível profissional os brasileiros destacam-se dos restantes pela sua forte inserção profissional na área dos serviços. No que toca ao grau de escolaridade estes imigrantes mais recentes possuem tendencialmente qualificações escolares mais elevadas do que os primeiros. A sua localização territorial não se encontra tão concentrada em determinadas freguesias e bairros, tendendo a caracterizar-se por padrões residenciais mais diversificados e dispersos no território concelhio e optando preferencialmente por recorrer ao arrendamento formal.

Bibliografia

1. BAGANHA, I. (1996). *Immigration Insertion in the Informal Economy. The Portuguese Case (First Report)*. Coimbra, CES.
2. BAGANHA, I. e MARQUES, J. C. (2001). *Imigração e Política. O Caso Português*. Lisboa, Fundação Luso-Americana.
3. BAGANHA, I. E; GÓIS, P. (1999). “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 229-280.
4. BAGANHA, I., et al., (2004a). “The Unforeseen Wave: Migration from Eastern Europe to Portugal”. In Baganha e Fonseca (eds.). *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisbon, Luso-American Foundation, pp. 23-39.
5. BAGANHA, I., et al., (2004b). “Immigrants and the Labour Market: The Portuguese Case”. In Luso-American Foundation (pub.), *Metropolis International Workshop - Proceedings*, Lisbon, pp. 89-120.
6. BANCO DE PORTUGAL (1996). Disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_96_p.pdf (consultado a 1 de Setembro de 2013). [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
7. BATALHA, L. (2008). ”Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade”.in Góis, Pedro org.) (2008). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, ACIDI, pp. 25-36.
8. CASTLES, S. (2000). *Ethnicity and Globalization*. London, Sage Publications Ltd.
9. CORKILL, D. e M. EATON (1999). “Multicultural insertions in a small economy: Portugal’s immigrant communities”. In Baldwin-Edwards, M. e Arango, J. (eds.) *Immigrants and the informal economy in Southern Europe*. London, Frank Cass Publishers, pp. 149-168.
10. DEPIAP-CEPAC (1995). *Imigração e Associação, associações africanas, outras associações e instituições ligadas a imigração na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa, CEPAC.
11. ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO.
12. FEANTSA Fédération Européenne d’Associations Nationales travaillant avec les Sans-Abri (2002), *European Observatory on Homelessness National Report 2001-2002 - Portugal, Belgium*.
13. FERREIRA, L. É. (2008). “O direito ao sucesso: jovens cabo-verdianos no contexto educativo português”. In Góis, Pedro (org.). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.137-154.
14. FONSECA, M. L. (2007). “Inserção Territorial – urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção”. In Vitorino, António (coord.). *Imigração: oportunidade ou ameaça?*, Fundação Calouste Gulbenkian, Estoril, Principia, pp.105-150.
15. FONSECA, M. L. et al., (2004). “Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: the Case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal)”. In Baganha, I. e Fonseca,

- Maria Lucinda (eds.). *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisbon, Luso-American Foundation, pp. 91-118.
16. FRANÇA, L. (ed.) (1992). *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa, Instituto de
 17. GÓIS, P. (2008). “Entre *Janus e Hydra de Lerna*: As múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal”. In Góis, Pedro (org.). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp. 9-24.
 18. GÓIS, P., e MARQUES, J. C. (2007). *Estudo Prospectivo sobre os Imigrantes Qualificados em Portugal*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
 19. INE (2008). Estatísticas Demográficas. Disponível em: http://62.48.187.114/snig-educ/ficheiros/INE/EDemograficas_2008_2%5B1%5D.pdf [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
 20. KING, R. e RIBAS-MATEOS, N. (2005). “Migração Internacional no Mediterrâneo: «o Modelo do Sul da Europa»”. In Barreto, António (org.), *Globalização e Migrações*. Lisboa, ICS, pp. 191-221.
 21. LAGES, M. F., Verónica M. Policarpo, José Carlos L. Marques, Paulo Lopes Matos e João Homem Cristo António (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
 22. MACHADO, F. L. (1991). *Etnicidade em Portugal. Aproximação ao caso guineense*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE, Policopiado.
 23. MACHADO, F. L. (1992). “Etnicidade em Portugal - contrastes e politização”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, pp. 123-136.
 24. MACHADO, F. L. (1995). “As Noites de Sociologia”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 17, pp. 175-185.
 25. MACHADO, F. L. (1999a). “Imigrantes e estrutura social”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 29, pp. 51-76.
 26. MACHADO, F. L. (1999b). *Contrastes e continuidades. Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
 27. MACHADO, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades – Migrações, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras, Celta Ed.
 28. MACHADO, F. L. (2003). “Imigração e Imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 41, pp. 183-188.
 29. MACHADO, F. L. (2007). “Jovens como os outros? – processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal”. In Vitorino, António (coord.) *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Fundação Calouste Gulbenkian, Estoril, Principia, pp.170-197.
 30. MACHADO, F. L. (2009). “Quarenta anos de imigração africana: um balanço”. In *Ler História: Emigração e Imigração* (número especial), nº 56, pp.135-165.
 31. MALHEIROS, J. M. (Junho de 2004). “Brasileiros em Portugal. A Segunda Vaga (1998-2003)”. ACIME, *Boletim Informativo*, 19.

32. MALHEIROS, J. M. (2007), “Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos”. In MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.11-37.
33. MALHEIROS, J. M. (1996). *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa, Ed. Colibri.
34. MALHEIROS, J. M (2000). “Segregação Socioétnica na Região Metropolitana de Lisboa”. *Sociedade e Território*, 30, pp. 27-36.
35. MALHEIROS, J. M (2001).“ ‘Nova’ imigração e desenvolvimento regional: situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas”, sem mais referências.
36. MALHEIROS, J. M (2005). “Jogos de Relações Internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global”. In Barreto, António (org.), *Globalização e Migrações*. Lisboa, ICS, pp. 251-272.
37. MENDES, M. M. (2007), *Representações face à discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucranianos na Área Metropolitana de Lisboa*, tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
38. MENDES, M. M. (2010). *Imigração, identidades e discriminação: imigrantes russos e ucranianos na área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
39. MENDES, M. M. (coord.) (2011). *Estudo de diagnóstico e caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para a dinâmica de desenvolvimento do município de Oeiras*. CIES/ISCTE, ACIDI e CM de Oeiras. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col%20Portugal%20Imigrante/14.Oeiras.VF.pdf>, pdf [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
40. OLIVEIRA, C. R. (2002). “Chineses in Portugal: na immigration cartography” in Fonseca, Maria Lucinda et al. (eds.). *Immigration and place in mediterranean metropolises*. Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp.229-254.
41. OLIVEIRA, C. R. (2008). “Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: o caso dos empresários de origem cabo-verdiana”. In Góis, Pedro (org.) *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.67-86.
42. PADILLA, B. (2007). “A imigração brasileira em Portugal: considerando o género na análise”. In MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, 113-134.
43. PADILLA, B. (2009). "As migrações latino-americanas para a Europa: uma análise retrospectiva para entender a mobilidade actual". In Padilla, Beatriz e Maria Xavier (orgs.). *Migrações - Migrações entre Portugal e América Latina*, nº 5 (número temático), Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp. 19-35.
44. PADILLA, B, e MENDES, M. M. (no prelo). “Cosmopolitismo, migrações e diversidades: cenários e configurações na investigação e na acção”. In *Fórum Pesquisas “CIES-IUL: vinte e cinco anos e o futuro”, 2010, Agendas para o Futuro (II): Mobilidades, Diversidades e Redes*. Lisboa, Mundos Sociais.

45. PEIXOTO, J. (2002). VII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais “As Linguagens da Lusofonia, 2-6 Setembro de 2002, Rio de Janeiro, Brasil (comunicação oral).
46. PEIXOTO, J (1998). *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, UTL/ISEG.
47. PEIXOTO, J. (2001). “The International Mobility of Highly Skilled Workers in Transnational Corporations: The Macro and Micro Factors of the Organizational Migration of Cadres”. *International Migration Review*, Vol. 35, Nº 4, pp. 1030-1053.
48. PEIXOTO, J. e FIGUEIREDO, A. (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal” in MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.87-111.
49. PEREIRA, S. (2009). Que lugar para os trabalhadores de origem africana no mercado de trabalho em Portugal? Análise do impacto das ‘novas’ vagas de imigração. Tese de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
50. PIRES, R. P. (2002). “Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.
51. PORTES, A. e LINGXINHAO (2006). “O preço da uniformidade: língua, família e adaptação da personalidade entre a segunda geração de imigrantes”. In Portes, Alejandro, *Estudos sobre as migrações contemporâneas – transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa, Fim de Século, pp.117-150.
52. SEF (2007), Relatório de actividades. Imigração, fronteiras e asilo. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf, [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
53. SEF (2008), Relatório de imigração, fronteiras e asilo. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf, , [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
54. SEF (2012), Relatório de imigração, fronteiras e asilo. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>, [Acedido em 1 de Setembro de 2013].

